

## **DO COMBATE ÀS DROGAS ÀS ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS: ESPAÇO ESCOLAR**

Lucas Yoriyaz (IC) e Adriana Rodrigues Domingues (Orientadora)

**Apoio: PIBIC Mackpesquisa**

### **RESUMO**

A lógica que marca o controle do uso de drogas na sociedade brasileira segue um modelo proibicionista e militarista, baseado na punição e na repressão, e que não consegue atender o que se propõe – acabar com o uso e o tráfico de drogas na sociedade. A política de Redução de Danos (RD) se apresenta na contramão, defendendo a necessidade de encarar a questão das drogas pela perspectiva do cuidado e da atenção integral ao usuário. Esses diferentes modelos de abordagem devem ser discutidos em seu nível sociocultural.. No âmbito escolar, programas de prevenção às drogas, como o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), visam preparar os alunos para saberem lidar com as drogas, a partir de uma lógica pautada no proibicionismo e na abstinência. Este estudo buscou caracterizar e analisar as práticas discursivas sobre o uso de drogas no meio escolar. Como estratégias metodológicas, foram utilizadas a observação participante das aulas ministradas pelo PROERD e a realização de um grupo focal com alunos que participaram ou não do programa. Os resultados apontam que as noções socioculturais a respeito da droga, na maioria das vezes, carregam um teor proibicionista em que o usuário é considerado alguém que precisa de estratégias exteriores que promovam o tratamento, a correção de condutas e o aperfeiçoamento dos corpos. Assim, a RD aparece dentro de um regime de verdade ainda submetido a uma prática governamental que visa normatizar os sujeitos que fazem uso de drogas.

**Palavras-chave:** drogas; dimensão sociocultural; contexto escolar

### **ABSTRACT**

The rationality behind the control of substance use policies in Brazilian society follows a prohibitionist and military model based on punishment and repression and that does not cover what it purposes – to end the drug traffic in the society. The Harm Reduction (HR) policies presents the opposite way, defending the need to face the drug matter by looking for a care perspective and for the entire attention to users. These different approach models must be discussed in their sociocultural level. Considering the educational affairs, a preventive program based on drug resistance emerged such as PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) aims to prepare the students to know how to deal with drugs based on prohibitionist and abstinence. This study aims to characterize and analyze students

discourses related to drug use policies. For the methodological strategies a participant observation in PROERD classes and focus group meeting with students that attended or not the program were used. The results indicates that the sociocultural notions related to drugs, several times, carries a prohibitionist content in which the user is considered one that needs external strategies that promote the treatment, the behavior correction and the body improvements. Therefore, the HR is within the regime of truth still yielded in a governmental practice whose purpose is to standardize drug users.

**Keywords:** drugs; sociocultural dimension; school space.

## 1. INTRODUÇÃO

Há cerca de 2 (dois) anos o governo de São Paulo anunciou uma parceria entre a Secretaria de Saúde e o Poder Judiciário para facilitar o tratamento dos usuários de drogas. De 2013 a 2015, cerca de 10.155 pessoas foram internadas em clínicas de reabilitação. Foram 8.792 internações voluntárias, destas, 1.378 foram contra a vontade do usuário. No caso das internações involuntárias, na maioria das vezes, a decisão era feita pelas famílias; outras vezes, ocorria pela decisão do juiz, caracterizando uma internação compulsória. Segundo a gestão Estadual, 16% dos internados (voluntariamente ou involuntariamente) voltaram a procurar os serviços, no entanto, não se pode afirmar que os demais abandonaram as drogas devido à perda de contato com essas pessoas, impossibilitando o monitoramento posterior.

A internação compulsória é uma medida bastante polêmica na atualidade que pode ser considerada com uma das faces de um tema maior que é a questão das drogas e todos os desdobramentos advindos delas. Não é apenas no Brasil que as drogas se constituem como uma problemática complexa, e que se evidencia especialmente nos grandes centros urbanos como São Paulo. O que se pode observar é que cada país vem construindo seus modos particulares de lidar com essa questão, alguns de forma bastante peculiar e criativa, que evadem dos paradigmas rígidos da proibição. Esta é uma outra forma de fazer frente ao tráfico, um tanto distinta da que temos como premissa em outros países onde há a predominância de uma lógica de maior repressão e controle, como é o caso dos EUA, Brasil e outros países da América Latina. Estas formas são expressões de modelos assistenciais de tratamento do problema das drogas, ou seja, trata-se de uma dimensão técnico-assistencial (AMARANTE, 2009)

Em países da América Latina, como é o caso do Brasil, a dimensão sociocultural do uso das drogas é completamente atravessada pela lógica da “guerra”, a qual ocorre de forma literal, ou seja, há um inimigo definido (produtores, traficantes e consumidores, portadores de pequenas e grandes quantidades). No combate, os dispositivos de poder utilizados são forças militares e organizações de segurança civil. As principais vítimas dessa “guerra” são, na maioria das vezes, comunidades vulneráveis - principalmente jovens pobres e marginalizados. Como resultado dessa “guerra” tem-se a subalternização dos direitos humanos (GARZÓN; POL, 2015).

É na contramão dessas perspectivas que caminha a política de Redução de Danos (RD) em que se entende, primordialmente, que há a necessidade de encarar a questão das drogas por muitos olhares, que ultrapassem o paradigma único da abstinência

como princípio indiscutível. Propõe-se que os usuários de drogas não sejam alvos de jogadas de poder, “ora se vê perante o poder da criminologia, ora diante do poder da psiquiatria: ora encarcerado na prisão, ora internado no hospício” (PASSOS e SOUZA, 2010). Além disso, a RD caracteriza-se por ouvir a voz do usuário e problematizar o moralismo, o preconceito social, a criminalização, inclusive, a influência midiática e estigmatizadora que forma opiniões em torno da questão. Na prática, o trabalho é ativo, ou seja, o profissional orientado pela RD se insere no campo onde o usuário se encontra usando as substâncias. Sua tarefa é orientar o uso seguro e limpo, além de se dispor a ajudar na organização da vida social desse usuário, como, acolhendo pedidos de encaminhamentos para consultas, documentos, relação com a justiça, entre outros (CONTE, 2004).

É preciso admitir que muitas pessoas lutam para controlar o uso de substâncias que atrapalham a sua vida de diversas maneiras. Todavia, é um equívoco tratar a substância como um problema em si mesmo, e isso fomentar uma “guerra” contra ela. As pessoas se tornam viciadas por múltiplas variáveis (distúrbios psiquiátricos, carências econômicas, etc. (HART, 2015). Sendo assim, estabelecendo uma comparação entre a lógica da política de Redução de Danos e a lógica da “guerra às drogas”, notar-se-á divergências na medida em que a RD não faz igualação entre droga e crime, uma vez que compreende que o usuário/dependente de drogas não deve ser reduzido ao uso que faz da substância, mas sim ser acolhido em suas possibilidades e direitos de habitar os espaços sociais que os são constantemente negados.

A entrada das estratégias de RD no Brasil ocorreu primeiramente pela iniciativa do governo de Santos (SP), em um contexto no qual a cidade era considerada a “Capital da AIDS”, fato altamente relacionável com o compartilhamento de seringas entre os usuários de drogas injetáveis (UDI). Após isso, a estratégia se popularizou no país e hoje a RD faz parte da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, lançada pelo Ministério da Saúde. Ações de intervenção que buscam reduzir riscos no uso de drogas, como é o caso da RD, visam discutir essa questão em seu nível sociocultural. Desta forma, a escola se torna um espaço social privilegiado. No âmbito escolar, os programas de prevenção são estratégias de eminente importância no sentido de preparar os alunos para saberem lidar com as drogas.

Visando a prevenção das drogas no contexto escolar, foi desenvolvido um programa educacional de intervenção pautado no modelo proibicionista. A primeira iniciativa ocorreu nos EUA, com o programa DARE (Educação pela Resistência do Abuso de Drogas) em 1983. Esse modelo chegou ao Brasil e tem sido difundido nas escolas do

país desde 2002, traduzido como PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). O modelo é caracterizado pela intervenção de um policial militar fardado que ministra aulas sobre a educação antidrogas, utilizando uma cartilha que contem lições e atividades sobre o tema. Em abril de 2008 foi divulgada a avaliação de um estudo sobre o PROERD que durou 4 (quatro) anos. A pesquisa foi realizada em escolas públicas e privadas de São Paulo. Os resultados estatísticos referentes à implantação do programa nas escolas públicas não demonstraram a ocorrência de um impacto significativo no sentido de reduzir o uso de drogas ilícitas durante a vida dos alunos. O que pôde ser observado, como um pequeno impacto positivo, foi o fato de haver a probabilidade de que os alunos de escolas que implantaram o PROERD vejam o uso de álcool e outras drogas como prejudicial. O estudo apresenta ainda resultados referentes às outras variáveis, como: comparação entre escolas públicas e privadas e comparações entre alunos PROERD e não-PROERD, no quesito comportamento antissocial, bem como a relação com a polícia. Por fim, são apontadas algumas sugestões pertinentes aos resultados obtidos no estudo, como por exemplo, conferir uma maior ênfase nos danos causados pelo álcool, já que é a droga mais usada entre alunos de escolas públicas (JOHNSON, 2008).

A escola pode ser uma aliada da política de Redução de Danos na medida em que há a compreensão de que ela pode ser um local de formação crítica, reflexiva e ética sobre os riscos que a droga apresenta. Tal constatação atrela-se ao fato de que as estratégias de Redução de Danos devem se desenvolver em diversos campos, em diferentes formatos, com diferentes ações que viabilizem o cuidado com os usuários de drogas, e não a sua punição (CONTE, 2004). No momento em que a educação passa a se colocar como um espaço onde se diz às pessoas que elas simplesmente não devem usar drogas, esta educação estará sendo limitada e reducionista, não promovendo a formação de subjetividades autônomas, do conhecimento crítica e da cidadania ativa (HART, 2015).

A dimensão epistemológica se refere a um conjunto de asserções que remetem à produção de conhecimentos fundamentam o saber. O campo sociocultural surge como ferramenta para compreender o imaginário social em que se constitui a droga. Nesse sentido, procuramos identificar os discursos, imagens e enunciados que apresentam um conjunto de práticas sociais que constroem as noções culturais da droga. Neste campo, existem associações do usuário com familiares, amigos, comunidades que posicionam o lugar do usuário de drogas na sociedade.

Nesta pesquisa, buscamos caracterizar e analisar as práticas discursivas sobre as estratégias de prevenção às drogas no meio escolar, visando compreender de que

forma os modelos proibicionistas e das políticas de RD são contempladas no ambiente escolar. Diante do panorama apresentado sobre a dimensão sociocultural que atravessa a questão das drogas, e especialmente os programas desenvolvidos em escolas, como o PROERD, constitui-se os seguintes questionamentos norteadores de nossa pesquisa: de que forma a prevenção das drogas tem sido abordada o espaço escolar? Como o PROERD e a política/estratégia de Redução de Danos são contempladas nesses programas? Como são consideradas as abordagens que visam a entrega de insumos para os usuários de drogas? Como são associadas as práticas de redução de danos às práticas de abstinência e internação compulsória?

Muitos jovens se envolverão em experiências com drogas buscando um estado alterado de consciência e plenitude, o que fará a diferença é o conhecimento e a capacidade de avaliar os riscos envolvidos na prática. A melhor prevenção é proporcionar experiências que visem o desenvolvimento integral do jovem, para que as drogas não assumam o papel principal como anestésico que substitua os vínculos afetivos (SILVEIRA e NIEL, 2008). Na compreensão dessa concepção de realidade é que a justificativa de nosso trabalho consiste em: considerar a qualidade da aquisição de informações/conhecimento como um grande motor para o exercício da cidadania. Diante disso, é preciso investigar e conhecer o campo sociocultural da droga a fim de intervir nessa dimensão, buscando a transformação do imaginário social relacionado com a anormalidade e deste ponto construir a solidariedade e a inclusão do usuário de drogas (AMARANTE, 1999).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O lugar social ocupado pelo usuário/dependente de drogas está marcado pelo paradigma da abstinência como finalidade impreterível do tratamento, o qual é baseado no controle social e na lógica de “guerra á drogas”. No Brasil, a lógica do controle social do uso das substâncias é pautada em um modelo proibicionista e militarista que se estabelece de maneira ineficiente, uma vez que o controle repressivo e a proibição fortificam o mercado ilícito. No atual momento, em que já se constata a não efetividade de tais práticas, é urgente a reformulação de novas formas de encarar a questão, pela garantia dos direitos humanos e não pela sua restrição (BOITEAUX, 2015).

Com isso, pode-se verificar que há uma dimensão sociocultural da questão que precisa acompanhar as dimensões que atravessam a questão das drogas, desde a epistemologia do campo teórico que produz conhecimento sobre elas, passando pela dimensão técnico-assistencial que direciona os modelos de tratamento, bem como

pela dimensão jurídico-política que se refere à garantia de direitos e cidadania dos usuários. O processo da dimensão sociocultural diz respeito ao lugar social que é dado ao diferente, no caso o usuário de drogas, e considera o quanto as representações sociais associadas às drogas e à drogadição impossibilitam o estabelecimento de trocas sociais (AMARANTE, 2009).

Para compreender a formação dessa dimensão sociocultural a respeito do uso de drogas, admitimos que esta ocorre por meio de uma estratégia biopolítica. O conceito de biopolítica desenvolvido por Michel Foucault o qual situa esta forma de exercício de poder nas políticas de saúde marcam o século XVIII, através de práticas que visam gerir as condições de vida de uma população de modo que o direito que se instaura é o de “fazer viver e de deixar morrer”. (FOUCAULT, 1994). A Biopolítica vai se ocupar com os processos biológicos relacionados ao homem enquanto espécie, estabelecendo série de regulamentações. Para melhor compreender o corpo, é preciso descrever ou quantificar as taxas de natalidade e morbidade, de longevidade e criminalidade, bem como de estabelecer uma série de relações para que se possa prever o futuro, por meio do passado. (DANNER, 2010).

Conforme observa Foucault (1989, p. 82):

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica.

A partir desta estratégia, o corpo e a vida passam a ser investidos de saber e de intervenções corretivas. A população passa a ser considerada como força produtiva, por isso se faz necessário esforços para aperfeiçoar a vida e estabelecer condições que permitam o melhor desempenho da população como máquina produtiva. Deste modo, são instituídos conjuntos de estratégias a fim de conter epidemias, enfermidades e doenças as quais os corpos estão submetidos. Na biopolítica o poder sobre a morte aparece como instrumento que se exerce positivamente sobre a vida, estabelecendo dispositivos que visam transformar a vida humana, procurando administrar e aperfeiçoar os corpos através de regulações gerais. É em nome da saúde, da preservação das espécies, do controle das doenças que emerge uma fase sombria da biopolítica (CAPONI, 2009).

O poder pastoral surge dentro das relações de poder onde o indivíduo é orientado por padrões determinados pela instituição disciplinar. Nesse âmbito, o pastor se esforça para obter a salvação das almas, na vida terrena, na relação entre os homens e as coisas. Ele encaminha o seu rebanho para bons pastos, fornecendo boa alimentação,

de modo que, toda sua conduta é direcionada para o bem do seu rebanho. Ele o faz sem tirar proveito próprio e nem explorar o rebanho. O gerenciamento das condutas não se estabelece de modo impositivo; trata-se de uma relação que incide indiretamente sobre o corpo modelando virtudes, ideais e as normas (RANOYA, 2009). Tais aspectos aparecem como ferramentas do poder pastoral que intervém indiretamente sobre os corpos, garantindo a manutenção da legitimidade da força e a autopreservação. Esta intervenção indireta fornece sentidos sociais, que devolvem ao rebanho capitais subjetivos que foram devidamente normalizados.

Outra forma de exercício de poder concebida por Foucault (MOURA, 2007) é o pastoral. Nesta relação, o pastor se distingue do soberano, pois ao invés de ser servido ele serve o seu rebanho. Ele procura saber minuciosamente cada detalhe de seu rebanho a fim de fazer viver bem. Como instrumento de poder, o pastor utilizar a confissão para corrigir os comportamentos indesejáveis e estabelecer vigilância dos desejos obscuros da alma humana. A confissão passa a exercer discursos de verdade de modo a desenvolver nos corpos processos normatizadores que visam apontar os caminhos que conduzem a salvação.

Nas palavras de Foucault (1978, p. 70).

O pastor disporá de meios de análise, de reflexão, de detecção do que se passa, mas também que o cristão será obrigado a dizer ao seu pastor tudo o que se passa no âmago de sua alma; particularmente, ele será obrigado a recorrer, do ponto de vista do seu pastor, a essa prática tão específica do cristianismo: a confissão.

As formas de exercício do poder, sejam elas biopolíticas, disciplinares ou pastorais, serão tomadas como guias analíticos das estratégias e práticas discursivas sobre as drogas e sua prevenção, observadas no contexto escolar.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada na pesquisa foi a Cartografia, uma vez que ela compreende a necessidade do pesquisador se lançar no ambiente em que pretende conhecer. No caso, duas escolas públicas foram o campo de pesquisa. Isso significa que foi de suma importância circular por essas escolas e fazer uma aproximação das pessoas que compunham o contexto escolar, já que tal aproximação permitiu uma abordagem mais informal, na medida em que o interesse em falar sobre o tema das drogas tornou-se um interessante comum para ambos os lados. Também tomamos o cuidado de não levar respostas prévias para o assunto, sendo que o saber, para nós, precisaria emergir durante o processo – construção conjunta entre o pesquisador e o participante de sua pesquisa. Logo, quanto ao método, a nossa responsabilidade era a de manter presente os princípios da Cartografia, como Passos (2009, p.18) nos aponta: “um



trabalho que se direciona do saber-fazer ao fazer-saber, um caminho metodológico em que o saber emerge da experiência”.

A princípio, a ideia quanto ao campo de pesquisa seria a de visitar uma escola que tivesse aderido à implantação do PROERD para que pudéssemos assistir às aulas do programa e conversar com os alunos do ensino médio que já haviam passado por esse processo. O intuito seria analisar as possíveis referências dos alunos quanto às drogas, após terem passado pelo programa, especialmente saber se eles conheciam as estratégias de Redução de Danos. Durante a pesquisa não encontramos uma escola que tivesse houvesse alunos de ensino médio que já tivessem participado do programa. Desta forma, optamos por escolher escolas diferentes: as aulas do PROERD foram assistidas em duas escolas, E. E Arthur Guimarães e E. E. Prudente de Moraes, e os grupos focais foram realizados em outra escola, a E.E. Padre Anchieta.

O pesquisador acompanhou dois oficiais responsáveis pelas ministrações da PROERD nas escolas E.E Arthur Guimarães e E.E Prudente de Moraes. Na E.E Padre Anchieta participaram alunos de três turmas: 3ª ano F, 3ª ano G e 2ª ano 2 TC. Havia, aproximadamente, 20 alunos de cada sala, sendo que, do total, 7 já haviam participado do PROERD no ensino fundamental. Neste contexto, utilizamos a observação participante como estratégia que permitiu coletar informações sobre os conteúdos abordados e sua forma de ser transmitido aos alunos, ou seja, os temas e atividades propostos, a participação dos alunos (perguntas, comentários, discussões) na aula e a forma de abordagem de assuntos ligados à garantia de direitos humanos dos usuários de drogas.

Na E.E. Padre Anchieta fizemos rodas de conversa em cada sala, baseadas em discussões livres sobre o tema. Nestas conversas foram apresentados os dois modelos: o proibicionista e a redução de danos. Como os alunos desconheciam as políticas de redução de danos, foi necessária uma apresentação geral de forma a informa-los sobre esse modelo. Posteriormente, organizamos um cinedebate apresentando um trecho do filme “Tropa de Elite” (de direção de José Padilha), como disparador da discussão sobre proibicionismo, e um outro vídeo humorístico chamado “Leiconha” (produção de Porta dos Fundos), que poderia ser um iniciador sobre a discussão da Redução de Danos, já que expunha os estereótipos que se referem ao uso da maconha. Nos últimos encontros foram realizados grupos focais com a participação voluntária dos alunos, em foram debatidos os dois modelos de prevenção.

Para o registro das informações<sup>1</sup>, observações e experiências vivenciadas no campo da pesquisa, foi utilizado, além da gravação de áudio dos grupos focais, o diário de campo. O diário de campo consiste em uma ferramenta que permitiu o registro das reflexões, vivências e contradições vividas em campo e, assim, não deve ser entendido como uma escrita pessoal, mas sim, como uma forma de analisar a produção dos processos, a experiência vivenciada e suas implicações para o pesquisador. Dessa forma, o uso do diário de campo se mostrou como uma ferramenta importante na prática cartográfica.

#### 4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A seguir, apresentaremos a análise dos dados baseadas nas experiências descritas no diário de campo, nas transcrições dos grupos focais e na articulação com as estratégias de poder desenvolvidas por Michel Foucault.

##### 4.1 A presença do discurso militar no ensino básico

No encontro realizado na E.E Prudente de Moraes foi observada uma tensão entre a escola e o PROERD. O pesquisador teve a oportunidade de conversar com o policial antes da ministração do programa, foram discutidos alguns problemas enfrentados por ele, como o pouco apoio do corpo docente e da diretoria, e a dificuldade de conduzir as aulas devido ao comportamento dos alunos.

O discurso do policial se caracterizava pelo uso de imperativos e excesso de primor na linguagem. Os vocabulários utilizados iam constituindo um cenário que distanciava os alunos do ambiente escolar e os aproximava ao ambiente militar. Os alunos se apresentavam dispersos e agitados, de modo que, a cada dois minutos, o policial tinha que interromper sua ministração para pedir silêncio. As técnicas utilizadas se apresentavam como tentativas de estabelecer uma didática que se propõe a produzir nos alunos a disciplina e, ao mesmo tempo, legitimar a autoridade daquele que ministra a aula. Porém, essas técnicas utilizadas para conter o comportamento dos alunos eram insuficientes, devido ao distanciamento destes com o oficial.

Durante as aulas do PROERD os alunos tiveram a oportunidade de escrever no papel dúvidas para o policial. Perguntas como “*Você já pegou em uma metralhadora?*” e “*Você já atirou em alguém?*” Indicavam que os alunos não reconheciam o oficial como

---

<sup>1</sup> Cuidados Éticos: Tanto a instituição quanto os alunos que participaram da pesquisa tiveram assegurados o direito ao sigilo e ao anonimato em todo o processo da pesquisa. Toda a documentação que garante isso foi devidamente assinada pela diretora responsável pela escola, antes de dar início à pesquisa.

um educador, mas como um militar. Esta posição também foi reforçada em outra aula, cujo tema era “Comunicação”. O oficial questionou os alunos: “*O que você deve fazer quando um coleguinha te chama para fumar um cigarro?*” (SIC). A pergunta feita pelo policial possui um caráter intimidatório, pois já se esperava uma determinada resposta ao mesmo tempo em que procurava saber qual seria o comportamento dos alunos quando deparado com esta situação. O questionamento aparece como técnica que permite produzir saberes sobre aquele que está sendo vigiado, e procurar identificar nele condutas e pensamentos característicos de um desviante. A vigilância aparece como ferramenta que permite estabelecer um olhar sob as condutas que quebram as “normas” sociais, forçando o indivíduo a olhar para si como desviante. Para Foucault (1987), tornam-se necessários aparelhos disciplinares que permitem docilizar e adestrar os comportamentos às normas estabelecidas nas instituições. “*É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado*” (p.118).

Uma das lições na cartilha apresentada pelo policial envolveu uma situação em que uma menina está com a sua amiga e com um grupo de meninas que estão fumando. A menina fica preocupada porque voltará para sua casa cheirando cigarro e precisará justificar o cheiro para a sua mãe. Verifica-se, nessa ilustração, uma didática que constitui normas de conduta, apresentando um usuário de drogas dentro de contingências que vão construindo um olhar moralizante sobre o consumo da mesma. O discurso militar se submete a uma convenção social, problematizando os comportamentos daqueles que se envolvem em uma prática que fere a norma social. Deste modo, os corpos passam a estarem sujeitos à gestão política. Trata-se de uma forma de governo dos indivíduos aliada a uma lógica pastoral encarregada de conduzi-los à salvação, por isso, a vigilância dos maus hábitos e maus comportamentos se faz necessária. O pastor deve conhecer cada ovelha minuciosamente de forma a adquirir o controle sob todos os âmbitos de sua vida, como Foucault (2008, p. 204) aponta: “*O poder pastoral [...] só se encarrega da alma dos indivíduos na medida em que essa condução das almas também implica uma intervenção, e uma intervenção permanente na condução cotidiana, na gestão das vidas, mas também nos bens, nas riquezas, nas coisas*”.

Os comportamentos devem ser dirigidos de acordo com a normalidade, isto é, de acordo com aquilo que é desejável (CAPONI, 2009). Os exemplos vão estabelecendo o pareamento de informações, em que a droga se relaciona a um tipo de delito, e quando o saber é introjetado, o espanto ou estranhamento se torna um mecanismo de vigilância e de controle. A norma se torna conceito central para compreender as

estratégias biopolíticas, pois, são a partir delas que a degeneração aparece como uma preocupação. Portanto, torna-se mandatório dispositivos cuja atuação se dirige a lapidação de subjetividades e a constituição de um sujeito passível de aperfeiçoamento.

#### **4.2 A produção social da delinquência**

No encontro realizado na EE Arthur Guimarães, o policial foi bem recebido pelos alunos. Estes aparentaram estar bem envolvidos com a aula. O oficial iniciou a sua exposição com uma série de teatros relacionados ao 'bullying', convocando os alunos para fazerem parte da dramatização. Na cena, o policial se apresenta como um menino que pratica o bullying e os alunos como aqueles que acolheram a vítima e se posicionam contra o agressor. Ao final da peça, o oficial apontou a postura correta a ser adotada diante desta situação: os alunos fazem cara de desprezo e, em silêncio, encaram o agressor de forma que ele, no final, fica constrangido.

Posteriormente, uma aluna levantou o caso de um estupro de uma jovem de 16 anos, cometido por 7 jovens e ocorrido no Rio de Janeiro, em que a vítima voltava para casa depois de um baile funk em que havia consumido drogas. Logo, o policial se apropriou do exemplo advertindo que as escolhas e os relacionamentos que a vítima possuía levaram-na a ser estuprada. O policial iniciou sua fala questionando: *“Uma pessoa que sai esse horário da noite, não parece ser uma boa pessoa, né pessoal? O que essa jovem vai fazer em um horário desse?”* (sic). O horário se tornou o critério que o policial utilizou para avaliar os hábitos cotidianos da jovem, problematizando as escolhas da vítima a partir dos elementos que compuseram o cenário. Na descrição do ambiente, o policial estigmatizou a representação social do baile funk. Aqui se pode notar os elementos de um conjunto de associações que apontam para os aspectos que constituem personalidades e hábitos de um sujeito desviante. Por último, o policial colocou elementos da vida privada da vítima e as relacionou com seu círculo de amizades. Verifica-se que a responsabilidade do crime, segundo o discurso do policial, é da vítima. O estupro, portanto, foi consequência de um cenário que foi determinada por suas escolhas pessoais. No final o oficial concluiu: *“O proerdiano faz as escolhas corretas”* (sic). As representações sociais do ambiente são apresentadas de maneira maniqueísta, de um lado os comportamentos desejados e, de outro, os nocivos. A droga aparece dentro de contextos em que o sujeito deve tomar decisões “certas” ou “erradas”. As noções socioculturais da droga foram sendo desenvolvidas a partir de três aspectos discutidos pelo policial, a saber, o horário, o ambiente e os

relacionamentos, estabelecendo um cenário em que se constrói uma personalidade com potencialidade de realizar um delito.

Conforme ressalta Foucault (1987, p. 251):

Apresentá-los como bem próximos presentes em toda a parte e em toda parte temíveis. É a função do noticiário policial que invade parte da imprensa e começa a ter seus próprios jornais. A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciais e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra um inimigo sem rosto; nessa guerra constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória.

Nesse sentido, percebe-se a culpabilização da vítima. O estupro não é importante, mas a sua história; a vítima é estudada como potencial infratora, como suspeita de transgredir a lei, e isto se intensifica quando se trata de indivíduos em zonas de exclusão social (FOUCAULT, 1997). Nestas zonas, o comportamento desviante torna-se justificativa para a vigilância e o exercício do poder disciplinar, por isso a insistência do policial em mostrar os perigos de sair na rua. A conduta da desviante é a peça que permite a individualização do sujeito. Dentro desta lógica interessa saber o que desvio de conduta representa em relação à ordem social. O interesse já não será corrigir o comportamento, mas a prevenção da conduta. A problemática que gira em torno dos hábitos não é somente sua capacidade de formar uma cadeia de transmissão, mas ser um obstáculo para um progresso, por estar em contato direto com a população normal (CAPONI, 2009).

As últimas aulas do programa foram realizadas na E.E Prudente de Moraes. O tema aula foi “Minha rede de ajuda”. O policial expôs uma rede que continha amigos, família, professor e telefones de emergência, caso enfrentassem a situações que envolviam risco. Em relação à aula ministrada na E.E Arthur Guimarães, o cenário contrapõe os fatores que constituíram o caso da jovem relatado acima. É apresentado aqui um modelo social que educa o indivíduo de acordo com o tripé de normatização proposto pelo programa: escola, família e polícia. Dentro desta ordem, o conjunto de práticas e relações associadas ao universo simbólico da droga devem ser evitados e silenciados, pois se apresentam como categorias de anormalidade que devem ser controladas e vigiadas. Nesse sentido, o poder pastoral se apresenta a partir dos processos que procuram identificar no indivíduo comportamentos que denunciam condutas que se assemelham ao sujeito desviante, a fim de conduzir a confissão destes. A confissão passa a produzir discursos de verdade consequentes do poder pastoral, que garantem a legitimidade do poder (MOURA, 2007).

No final do programa os alunos são instruídos a fazer uma redação contendo informações sobre o que aprenderam nas aulas, o tema que mais se identificaram e a

impressão do instrutor. A redação torna-se, desta forma, um instrumento de confissão, um exame da consciência e das almas, baseado em parâmetros de normalidade e que fornece a direção da conduta dos sujeitos que se deseja normalizar. Desta forma, a confissão passa a ter um estatuto científico, a fim de produzir saberes sob aqueles que estão sendo vigiados. O exame coloca os indivíduos no campo da vigilância, através de mecanismos que captam, classificam, quantificam e fixam os comportamentos; criando, desta forma, uma série de códigos da individualidade que permite homogeneizar os indivíduos (CANDIOTTO, 2007).

A melhor redação da turma será lida no dia da formatura do PROERD na frente de familiares, colegas de sala e oficiais da polícia militar. O(a) aluno(a) receberá posição de destaque e receberá congratulações. Observa-se que através dos rituais de visibilidade as relações de poder e verdade são estabelecidas, introduzindo as noções de governamentalidade, que irá repercutir em conjunto de práticas a nível macro e micro social (MOURA, 2007)

#### **4.3 Discursos sobre o modelo proibicionista.**

Na E.E Padre Anchieta, as rodas de conversa sobre a questão das drogas ocorreram em duas salas de terceiros anos (3F e 3G) e em uma do segundo ano (EJA 2TC). Foram apresentados dois modelos de intervenção: o proibicionista e a redução de danos. Durante as discussões sobre os dois modelos de prevenção foram levantadas questões relacionadas às estratégias do PROERD, assim como outros programas dos quais os alunos teriam participado. Cerca de 8 alunos do ensino médio fizeram PROERD e compartilharam suas experiências e opiniões acerca do programa; os demais não tiveram contato com a PROERD e não tinham conhecimento sobre as políticas de Redução de Danos.

Anterior à roda de conversa, os pesquisadores tinham passado nas salas de aula para verificar se os alunos tinham participado de programas educacionais que debatessem a problemática das drogas. Em uma das turmas, um aluno que tinha participado do PROERD ironizou que teve o contato com a droga justamente pela maneira como ela foi apresentada, pois, foi a partir da proibição do consumo que despertou o interesse de experimentar a droga.

Na primeira roda de discussão, um aluno se posiciona a favor da lógica proibicionista, mas considera que são necessárias melhorias no desenvolvimento dos programas preventivos.

Tem o PROERD, mas só que tipo, o PROERD não funciona muito bem, teria que fazer um projeto com a mesma intenção mas teria que melhorar ele. É igual vocês falaram na outra aula, que a PROERD incentivava o uso da droga ao invés de evitar (S1, 1ª roda de conversa).

Na segunda roda de conversa, os alunos relataram certa “ingenuidade” quando eram alunos do PROERD. *“Quando a gente era pequeno e que a gente fez PROERD sim. ‘Não nunca vou usar droga’ tipo essas coisas, né. (Risadas). Mas depois que realmente conhece o mundo, conhece as pessoas é mais difícil”* (S5, 2ª roda de conversa).

Na última sala em que foi realizada a roda de conversa, a formação do aluno se torna imprescindível para a prevenção do consumo de droga. *“Meu irmão fez na quarta série, é bom porque eles abrem a cabeça da criança para ver o que é certo e o que é errado, mas aí vai da pessoa. Tem muitas coisas que influenciam: as amizades, querendo ou não, mas o local que a pessoa cresce”* (S6, 3ª roda de conversa).

Entendemos que esses discursos evidenciam as decisões estratégicas que delimitam as ações do poder disciplinar. O meio social e os relacionamentos de amizade foram mencionados como os principais fatores que contribuem para o primeiro contato com a droga. Desta forma, a condição patológica não se torna exclusiva do indivíduo, ela se estende a todo o sistema que o constitui; o meio se apresenta como parte da vida do indivíduo responsável por torna-lo delinquente. Nota-se, nessa rede de proposições, discursos que estabelecem saberes e que descrevem os processos que formam o sujeito desviante (MUCHAIL, 1986).

Outro aluno relatou: *“Mas se eu tivesse uma base educacional melhor para me orientar melhor, além do PROERD, eu não teria experimentado, porque eu trabalho, sou casado e moro com meus pais, mas atrapalha um pouco”* (S7, 3ª roda de conversa).

Observa-se que os discursos realizados buscam reproduzir um ideal que instrui e conduz o indivíduo a agir a favor de uma determinada ordem social. Passos e Souza (2010), ao se referirem ao ex-usuário de drogas, afirmam que num cenário sociocultural que criminaliza e condena moralmente o usuário de droga, aqueles que são convidados a falar frequentemente estão sob a condição de arrependimento.

#### **4.4 Discursos sobre o modelo da redução de danos.**

Observamos que, durante as rodas de conversa que ocorreram na E.E Padre Anchieta, a lógica proibicionista era mais conhecida entre os alunos. No grupo focal, para facilitar a discussão, foi apresentado o caso a seguir: *“Menino de 16 anos, em situação de rua, sofre overdose de cocaína, não possui contato com os pais, apenas*

*com a família estendida, e é encaminhado para a UBS que não possui estrutura para atender a demanda do caso. Como profissionais na área da saúde, qual seria o plano de intervenção para este caso?”*

Na primeira roda de discussão, uma aluna que se posiciona a favor da RD pontuou:

Se fossem internar ele, ele ficaria 6 meses sem usar droga ele ia sair e iria continuar usando droga, porque ele não aprendeu nada, ele não tem futuro ele não tem família, não tem nada para apoiar ele fazer uma coisa melhor ou sair da vida que ele tá. Então e muito mais fácil pensar na redução de danos que ensina ele, que fala que ele tem um futuro (S2 1ª roda de conversa).

O discurso da aluna é caracterizado pela onisciência e pelo determinismo psicológico e social, quando se refere à vida pessoal do menino. Em sua fala, considera que o modelo da internação compulsória, como solução para o caso, não permite ao indivíduo desenvolver suas potencialidades. Por outro lado, apresenta a educação como aquilo que “ensina” a ter “um futuro”. Podemos associar esta ideia ao exercício do poder pastoral: o pastor age de acordo com o bem-estar do rebanho e com a finalidade de conduzi-los a salvação, para isso é preciso assegurar os indivíduos contra os perigos internos e externos.

O poder pastoral não tem por função fazer mal aos inimigos; sua principal função é fazer o bem em relação àqueles de que cuida. Fazer o bem no sentido mais material do termo significa alimentá-lo, garantir sua subsistência, oferecer-lhe um pasto, conduzi-lo às fontes, permitir-lhe beber, encontrar boas pradarias (FOUCAULT, 1978, p. 66).

Nas rodas de conversa os pesquisadores citaram exemplos de projetos que utilizam a estratégia de RD, como o “De Braços Abertos”, e que são pautados na construção de uma rede de serviços de atendimentos que oferece, ao usuário de drogas, moradia e emprego. Sua ação ocorre nas áreas de assistência social, direitos humanos, saúde e trabalho. Observamos que esta ideia foi retomada no grupo focal, porém de uma forma moralizante. A noção de que o “trabalho dignifica o homem”, apareceu como uma representação que afirma o sujeito como cidadão. O trabalho, como afirmação do homem ideal que conquista sua emancipação, surge como complemento da imagem do homem saudável, como pode ser observado nesta fala: *“A questão é que eu sou contra internar, eu to falando que você pode colocar ela para trabalhar, ela recebe para isso, faz tudo para isso. E ela aprende uma coisa diferente”* (S2, 1ª roda de conversa).

Na segunda roda de conversa a RD aparece como um modelo que propõe incluir o usuário através das estratégias que o mantém longe das drogas:

Ah, eu sou a favor disso aí [RD], porque é independente se ela tá usando droga ou não, ela vai se desenvolver, ela vai ocupar a mente dela trabalhando, e fazendo curso. [...] Acho que no meu ponto de vista, assim: se eu fosse usuária eu ir preferir passar



por um... como eu posso dizer? Por um psicólogo, procedimento... de que eu possa distrair a minha mente. Entendeu? Estudando, recebendo conselhos, fazendo um curso, essas coisas assim. Acho que é mais fácil você sair sendo compreendido pelos outros e vendo que você tem possibilidade de seguir em frente, ou de trabalhar, fazer um curso usando drogas do que você ser tratado como, tipo, 'é um viciado, tem que internar e acabou'. Entendeu? (S7, 2ª roda de conversa).

Então a ideia da RD é manter o cara entretido com uma outra coisa, para ele não lembrar do vício dele (S4, 2ª roda de conversa).

Percebe-se que a RD é vista, em um primeiro momento, como um conjunto de ações que mantém o usuário "longe das drogas"; é destacada a necessidade de estratégias que "ocupem a mente do usuário" para mantê-lo saudável; a disponibilização dos insumos como método de prevenção aparece para além do debate moral, mas como afirmação de um cuidado de si.

Na última roda de conversa, alguns alunos se posicionam contra a entrega de insumos, pois consideram que ela não oferece um tratamento preventivo: *"Eu acredito que não deveria estar dando a coisa para ele. Acredito que tinha pegar o cara daqui por aqui e tratar ele ali. Não pegar e botar numa sociedade e fornecer esses negócios"* (S6, 3ª roda de conversa).

Pensar em uma relação que possa conciliar o desejo de continuar a usar a droga e, ao mesmo tempo, construir estratégias de cuidado de si, são ações que se apresentam incompatíveis para os participantes da pesquisa. Partem do pressuposto de que o usuário de drogas não possui autonomia sobre si, por isso, defendem um tratamento que estipula um processo de cuidado em que o indivíduo deverá se sujeitar a uma instituição de controle, seja ela a escola, a medicina ou a psicologia. Em função do uso das drogas, a representação do usuário é atravessada por características que expressam uma forma de ameaça à sociedade; são considerados obstáculos para o progresso da humanidade, vidas que devem ser excluídas e evitadas para proteger a sociedade (CAPONI, 2009), como observado nos relatos abaixo:

"Mas para ele usar droga ele tem que tirar dinheiro de algum lugar, e esse lugar ele vai querer roubar, porque ele não trabalha" (S3, 1ª roda de conversa).

"Eu acho que é uma merda, porque o cara já é viciado, ai os caras dão um cachimbo novinho, o cara vai falar 'Nossa! Estourei'" (S6, 3ª roda de conversa).

A polarização produzida no campo das drogas estabelece possibilidades extremas; quando a RD é entendida como sendo o contrário da abstinência, ela é qualificada como uma estratégia que propõe o incentivo da droga. Seguindo esta lógica, a abstinência comparece como regra, uma norma que define o limite da cura e da doença, do normal e do patológico (PASSOS e SOUZA, 2010).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, realizada em um contexto escolar, visou analisar a dimensão sociocultural sobre as drogas e de que forma os modelos proibicionistas e de redução de danos são problematizados pelos alunos. Por meio da observação de aulas do PROERD e da realização de grupos focais, pode-se observar que a escola ainda se constitui como uma instituição disciplinar que visa controlar e corrigir pensamentos que não se adequam as ideais hegemônicas que foram sendo estabelecidas ao longo das políticas proibicionista. Programas como a PROERD se articularam de modo a disseminar discursos alinhados a uma lógica militar, fortalecendo a ideia da “guerra contra as drogas” como efeito de estratégias biopolíticas. As discussões em sala apontaram subjetividades autoritárias, tanto dos representantes das instituições militares (PROERD) quanto dos próprios alunos. Os discursos foram baseados em situações da vida cotidiana, pautados em generalizações e juízos transitórios. Nesse sentido, as noções socioculturais a respeito da droga são, na maioria das vezes, aspectos da vida pessoal projetados nos âmbitos sociais, e carregam um teor proibicionista em que o usuário é considerado alguém que precisa de estratégias exteriores que promovam o tratamento, a correção de condutas e o aperfeiçoamento dos corpos.

A redução de danos aparece dentro de um regime de verdade em que o debate ético-político a respeito do consumo de droga ainda é submetido a uma prática governamental que visa normatizar os sujeitos que fazem uso de drogas. O desconhecimento do modelo da RD, aparece como uma orientação estratégica consequente de uma construção de saberes herdados das práticas higienistas/jurídico/militar.

## 6. REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Manicômio e loucura no final do século e do milênio.** In: FERNANDES, M.I.A., SCARCELLI, I.R.; COSTA, E.S. (Orgs.). Fim de século: ainda manicômios? São Paulo: IPUSP, 1999, pp. 47-53.

BOITEUX, L. **Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva.** *Sur: revista internacional de direitos humanos*, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/edicao-21/brasil-reflexoes-criticas-sobre-uma-politica-de-drogas-represiva/>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CANDIOTTO, C. **Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência.** *Psicologia e Sociedade*, 24, 18-24, (2012).

CAPONI, S. **Biopolítica e medicalização dos anormais: dos anormais.** Rio de Janeiro: Revista de Saúde Coletiva, 2009. p. 529-549.

CONTE, M. Psicanálise e redução de danos: articulações possíveis. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, nº 25, 2004, pp. 23-33.

DANNER, F. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 4, p. 143-157, 2010.

Foucault, M. **Microfísica do poder**. 21.ed Rio de Janeiro: Graal; 1989.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 27ª ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1987.

GARZÓN, J. C.; POL, L. **O Elefante na Sala: Drogas e Direitos Humanos na América Latina. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, ago, 2015, pp. 01-03. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

HART, C. **Slogans vazios, problemas reais. Sur: revista internacional de direitos humanos**. São Paulo, maio, 2015. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/educacao-21/slogans-vazios-problemas-reais/>>. Acesso em: 14 set. 2015.

MOURA, JCAQ. **O poder na obra de Foucault e as estratégias do contemporâneo**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MUCHAIL, S.T. **O lugar das instituições na sociedade disciplinar**. In: Ribeiro, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.196-208.

NIEL, M; SILVEIRA, D X. Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde. **São Paulo: UNIFESP, Ministério da Saúde**, 2008.

PASSOS, E; K, V.; E, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009

RANOYA, G. **Biopolítica, comunicação e o poder pastoral**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Contatos: e-mail aluno e e-mail orientador

**Contatos:** yoriyaz10@gmail.com; adriana.domingues@mackenzie.br